

## **Belle Epoque Potiguar**

### **Pitoresca com pinceladas de Cidade Jardim, o Plano Urbanístico de Natal 1929**

SESSÃO TEMÁTICA: ET 04 Dimensão histórica e patrimonial do projeto, do planejamento e da gestão da paisagem

CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor 1: Adriana Carla de Azevedo Borba/UFPE/adriana.borba@ufpe.br

#### **RESUMO**

Investiga a relação cidade - natureza no Plano Urbanístico de 1929 de Natal, no qual se buscou identificar e analisar os principais documentos que inserem as ideias ambientais dentro do plano; contextualizar política e economicamente o cenário em que acontecem as modificações do plano; e caracterizar o plano urbanístico, elaborando categorias de análise de tais instrumentos. Procura-se com este estudo contribuir no processo maior de resgate da história de Natal: dada à carência dos registros históricos, espera-se com este trabalho, estimular também outros nichos de pesquisa que auxiliem numa maior compreensão acerca dos processos de transformação da cidade. Além disto, propõe-se a servir como um instrumento para orientar a elaboração de futuros planos urbanísticos da cidade, especificamente no que se refere às questões ambientais. O estudo pautou-se em pesquisa documental (sobretudo os planos urbanísticos e diretores objetos de estudo) e bibliográfica (periódicos, artigos da internet e livros). Verificou-se no plano, um maior destaque na saúde e estética, e os indícios encontrados apontam para a inserção de ideias ambientais por exigência governamental, em geral com pouca ou nenhuma participação popular – e sem que a mesma apreendesse seus significados e implicações.

**PALAVRAS-CHAVES:** Planejamento Urbano. Urbanização. Urbanismo. Meio Ambiente. Paisagem.

#### **ABSTRACT**

Investigates the city - nature relationship in the 1929 Urban Plan of Natal, which sought to identify and analyze the main documents that insert environmental ideas within the plan; politically and economically contextualize the scenario in which changes to the plan take place; and characterize the urban plan, developing analysis categories for such instruments. This study seeks to contribute to the larger process of rescuing the history of Natal: given the lack of historical records, it is hoped that this work will also stimulate other research niches that help in a greater understanding of the city's transformation processes. Furthermore, it is proposed to serve as an instrument to guide the preparation of future urban plans for the city, specifically with regard to environmental issues. The study was based on documentary research (especially the urban plans and directors that were the subject of study) and bibliographic research (periodicals, internet articles and books). There was a greater emphasis on health and aesthetics in the plan, and the evidence found points to the insertion of environmental ideas as a result of governmental requirements, generally with little or no popular participation – and without people understanding their meanings and implications.

**KEYWORDS:** Urban planning. Urbanization. Urbanism. Environment. Landscape.

## **1 INTRODUÇÃO**

A cidade de Natal, do século XX até os dias atuais, produziu uma quantidade expressiva de planos urbanísticos, de desenvolvimento e diretores, contudo, no âmbito ambiental, se verifica poucos ganhos ambientais na cidade. Partindo deste aparente paradoxo, esta investigação levanta



alguns questionamentos: Como a questão ambiental é contemplada nos planos? Qual a origem das ideias ambientais contidas nestes documentos? A sociedade compreendeu o significado dessas ideias? Ou seja, de que modo a questão ambiental foi incorporada aos instrumentos de planejamento urbano, ordenação espacial e gestão da cidade de Natal? Para efeito deste artigo, nos aprofundamos especificamente no plano urbanístico de 1929, considerado um dos primeiros registros de preocupação com a implementação de parques, que resguardem as fragilidades e potencialidade ambientais da capital potiguar.

Buscando responder a tais questões, traçou-se como objetivo geral: Analisar a inserção do pensamento ambiental e ecológico do plano urbanístico de 1929. Nos objetivos específicos elencam-se: 1) Identificar os principais documentos que inserem as ideias ambientais no plano; 2) Contextualizar historicamente o cenário nacional e local; 3) Caracterizar o plano urbanístico, destacando categorias de análise e finalmente 4) Identificar pensadores/ teóricos que tem suas ideias repercutidas no plano de 1929.

No que se refere aos procedimentos metodológicos, optou-se pela pesquisa qualitativa. O Método de Abordagem ou de Investigação empregado corresponde ao Método Dialético; pois considera o processo histórico, partindo do pressuposto de que os fatos evoluem, não permanecendo estáticos ao longo dos anos. No tocante ao Método de Procedimento aplicado, adotou-se o Método Histórico.

Com relação às fases da investigação, este trabalho esteve condicionado à transposição de cinco (05) fases. O ponto de partida foi o acesso aos principais documentos que inserem a discussão do meio ambiente junto ao plano urbanístico. Na fase seguinte, foi feita uma análise sistemática dos planos urbanísticos de Natal – neste artigo, enfocado apenas o de 1929. A fase 3 caracterizou-se pelo levantamento de informações históricas com o panorama social, político e econômico de Natal. Posteriormente, confrontamos a análise feita do plano com os diversos enfoques encontrados na esfera internacional e nacional. E por fim, foi possível traçar um diagnóstico do processo evolutivo do pensamento, do ideário por trás dos planos.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E CONCEITUAL**

### **2.1 Os Planos Municipais**

Os primeiros instrumentos utilizados para regularização ou ordenamento das cidades eram os Planos das cidades, utilizados no Brasil a partir de meados do século XX. Conforme Lima (2001, p. 85), em relação à situação do Brasil: “É só a partir dos anos trinta que a idéia de planejamento começa a se firmar, embora se possa encontrar na Primeira República, e mesmo antes, exemplos de intervenção do Estado na economia e na sociedade, visando alcançar determinados resultados.” Após a Revolução de 1930, o planejamento passa a ser identificado para o novo grupo no poder “como meio de modernização política e como instrumento de progresso econômico e social”. (Lima, 2001, p. 85).

Desde então se desenvolve a ideia e a prática do planejamento estatal, tendo sido concebidos diversos planos globais e setoriais voltados para os aspectos administrativos, sociais e econômicos. A partir de 1964, o governo federal passou a implementar uma política de planejamento urbano, com a criação de órgãos públicos (Serviço Federal de Habitação Urbana



– SERFHAU; o Banco Nacional de Habitação, BNH; e a Comissão Nacional de Planejamento Urbano, CNPU, está na origem do Ministério das Cidades).

Visando o estudo dos planos urbanísticos elaborados para Natal durante o século XX, buscamos definir o que se consideram como principais conceitos relacionados com o planejamento urbano. A respeito de “Plano Diretor”, Baltar (1965) considera que este fixa como objetivos principais: Proporcionar localização, dimensões e equipamentos funcional adequados aos espaços órgãos que preencherão as quatro funções urbanas elementares: habitar, trabalhar, recrear o corpo e o espírito, circular – organizando a cidade para minimizar, agora e no futuro os atritos e choques entre os grupos sociais urbanos. (Baltar apud Lima, 2001, p. 93 - 94).

O “Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”, por sua vez, tem como objetivo principal fomentar o desenvolvimento social e econômico do Município, assim como sua adequada organização territorial. Segundo o Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal - Governo do Estado de São Paulo (CEPAM), o “Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”:


Deverá se integrar no desenvolvimento da região em que se situa o Município, e nos planos regionais que possam existir, e de outro lado, deverá constituir um conjunto integrado de diretrizes e programas de ação, nos vários setores da atividade municipal: econômico, social, territorial, administrativo e financeiro. (Lima, 2001, p. 94).

Segundo Lima (2001, p. 94), “enquanto o plano diretor visava, originalmente, apenas a ordenação e gestão do espaço físico, o PPDl pretendia articular o desenvolvimento socioeconômico com o desenvolvimento urbano do município”. Os conceitos de “Plano de ocupação” (empregado no plano de 1901), “Plano de sistematização” (plano de 1929) e “Plano de expansão” (Plano de 1935), utilizados nesta pesquisa, referem-se ao conceito mais amplo de intervenções urbanísticas, projetos ou anteprojetos, nos quais constam plantas ou imagens com proposta de desenho (ou redesenho) urbano para a cidade. Para a conceituação de outros termos adotados pelos planos produzidos no século XX até hoje, buscou-se como referência os próprios documentos, haja vista que trataram de fornecer seus conceitos bem como objetivos a que se propunha alcançar.

Plano Urbanístico e de Desenvolvimento, 1968: recomendações de ordem física que se integram às demais recomendações com o objetivo comum de procurar estabelecer uma estratégia para o desenvolvimento urbano da cidade.

Plano Diretor do Município, 1974: instrumento legislativo que visa alcançar o desenvolvimento físico, sócio-econômico e administrativo do Município, disciplinando uso da terra, estabelecendo normas para as construções, com vistas a assegurar condições adequadas de habitação, circulação, trabalho e recreação, e, bem assim, preservar monumentos e sítios notáveis pelos seus aspectos históricos, culturais e paisagísticos, tendo como meta principal, propiciar melhores condições de vida urbana à população.

Plano Diretor de Organização Físico-Territorial, 1984: dispõe sobre o Plano Diretor Físico Territorial do Município de Natal, disciplinando o seu planejamento físico, orientando e controlando o seu desenvolvimento integrado.



Planos Diretores de 1994, 2007 e 2022: “é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do Município, bem como de orientação do desempenho dos agentes públicos e privados que atuam na produção e gestão do espaço urbano”.

### **3 PLANO DE 1929: NATAL, UMA CIDADE PITORESCA, COM PINCELADAS DE CIDADE JARDIM**

As décadas de 1910 e 1920, culminado com o Plano de 1929, marcam o que ficou conhecido na história como a “Belle Epoque” potiguar. Resultado direto do processo de estabilidade econômica do Brasil, e colhendo os resultados positivos da cotonicultura, são realizadas uma série de reformas urbanas, tanto no RN como na capital, com a construção de praças (nos locais previstos no Plano da Cidade Nova, 1901) e implementação de serviços públicos (iluminação pública elétrica e abastecimento de água). Além disso, no interior, como consequência do crescimento da produção de algodão, surge uma série de linhas de comunicação (estrada de ferro e para automóveis) estabelecendo interligações pelo estado. Com o desuso da teoria dos miasmas, e o fortalecimento da bacteriana, o foco do trabalho urbano passa a ser o higienismo e o embelezamento. A junção de uma elite esclarecida, com os frutos do capital advindo da produção algodoeira e as mudanças na forma de se tratar a cidade resultam no plano de 1929, idealizado por Giacomino Palumbo, o “Plano Geral de Systematização de Natal”, que representou o ápice no processo de modernização deste período – interrompido com a Revolução de 1930.

#### **3.1 Contexto Brasileiro 1929**


Podem-se citar dois eventos significativos, um de âmbito internacional e econômico, que repercute negativamente no país, e outro interno de ordem política. O evento externo é o colapso da Bolsa de Valores de Nova Iorque e suas consequências. Ao longo da década de 1920, os Estados Unidos tiveram um acentuado crescimento econômico com a expansão de várias empresas, chegando a abastecer os mercados internacionais. A recuperação da Europa no período pós-guerra não serviu como alerta para o arrefecimento da superprodução norte-americana, que acabou por se acumular nas indústrias, sem mercado consumidor, ou com um subconsumo<sup>1</sup>.

O governo americano resolveu então retirar as garantias a empréstimos na Europa, o que reduziu ainda mais as exportações dos Estados Unidos. Com a desvalorização dos produtos, muitas indústrias abriram falência, repercutindo em desempregos em massa, gerando um círculo vicioso difícil de rompido. Esta crise atinge também o Brasil, em especial o segmento cafeeiro. O café se desvalorizou, levando Getúlio Vargas no ano de 1930 a tomar uma medida drástica, que foi a destruição de safras inteiras do produto, que se amontoavam nos portos brasileiros – contudo, sem conseguir combater a crise a contento (Lima e Boyadjian, 2019). Outras consequências deste período foram o desemprego em massa e o colapso econômico generalizado por todo o país.

Internamente, a situação política brasileira também se encontrava instável. Ainda vigorava a chamada “política dos governadores”, um sistema no qual o presidente do Brasil era escolhido

---

<sup>1</sup> Informações obtidas em Crise de 1929, disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/crisede29.htm>. Acesso em 12 dez de 2023.



dentre um reduzido grupo de governadores, pelos representantes dos “grandes estados”, a saber São Paulo – produção cafeeira; e Minas Gerais – pecuária. (Vianna, 1992, p, 572)

Tal sistema político monopolizava as ações governamentais, concentrando-as nos estados conforme o presidente vigente, polarizando economicamente o país: de um lado os estados mais ricos, e para onde fluíam mais recursos, e de outro o restante do país, praticamente desprovido de investimentos. No período em questão, estas tensões se acirraram em virtude da “quebra” dos acordos da política dos governadores. O então presidente Washington Luís Pereira de Sousa, que deveria ter apoiado um governador de Minas Gerais, decide apoiar um de São Paulo, Júlio Prestes. Reuniram-se então os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e lançam a candidatura de Getúlio Vargas e seu vice, João Pessoa.

Com este apoio que desprezava a “política dos governadores”, Washington Luís cria uma situação política delicada, desagradando seu maior aliado político, Minas Gerais. O assassinato de João Pessoa e a derrota eleitoral de Getúlio Vargas são as causas imediatas da Revolução de 1930: com apoio militar, Getúlio Vargas assume o poder e inicia a ditadura militar (1930 a 1945).

### 3.2 Contexto Potiguar 1929

O Rio Grande do Norte na década de 1920 ainda se caracterizava como uma sociedade agrária, dominada pelo coronelismo e por uma elite intelectualizada. Esta elite intelectualizada:

Representada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1927), defendia uma política de desenvolvimento para a melhoria das cidades do interior e para transformar Natal em um centro de atração de capitalistas e homens de negócios [...] (Lima, 1998, p. 57)

Bezerra de Medeiros, em virtude de sua ligação com grandes produtores e comerciantes do algodão potiguar, incentivou a implementação de uma série de programas para alavancar o desenvolvimento da cotonicultura. Dentre as realizações para melhoria do escoamento da produção algodoeira, figuram a inauguração da Estrada de Ferro Mossoró, ligando Mossoró à Porto Franco, e a Estrada de Automóveis do Seridó, ligando a cidade de Macaíba à Acari. Além de otimizar o escoamento do algodão, tais ligações possibilitavam uma maior comunicação interna no Rio Grande do Norte, marcando o início da resolução de um problema de isolamento entre as cidades que permeou todo o período colonial (Borba, 2014).

Também neste período, Natal se inseriu na rota da aviação internacional, quando em 1922 o primeiro avião chegou à cidade aterrizando no rio Potengi e em 1927, vindo de Dakar no Senegal, aterrizou o primeiro avião no campo de pouso em Parnamirim (Lima, 1998). Esta década também foi marcada por melhorias no campo educacional, com a adoção de princípios escolanovistas<sup>2</sup>, que criticavam a escola tradicional. Neste processo de esclarecimento de ideias

---

<sup>2</sup> “O escolanovismo acredita que a educação é o exclusivo elemento verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nessa sociedade. Então de acordo com alguns educadores, a educação escolarizada deveria ser sustentada no indivíduo integrado à democracia, o cidadão atuante e democrático” Disponível em <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm#:~:text=O%20escolanovismo%20acredita%20que%20a,Ent%C3%A3o%20de%20acordo%20com%20alguns>. Acesso em 15 dez 2023.



e novos pensamentos e técnicas, a teoria dos miasmas caía em desuso, e em seu lugar ganhava força a teoria microbiana:

Durante o governo de Antônio José de Melo e Souza (1920 – 1923) os serviços de higiene e saúde pública foram reformados. Em 1920 foi inaugurado o Serviço de Assistência e Profilaxia da Lepra. Três anos mais tarde (1923) o governo inaugurou um Laboratório Químico, onde eram realizadas análises hospitalares, fabricação de soros, vacinas e substâncias medicamentosas injetáveis. No mesmo ano começou a funcionar um Ponto Anti-Ofídico, que preparava e aplicava soros. (Cascudo apud Lima, 1998, p. 65)

Foi neste ambiente de efervescência cultural e de prosperidade econômica que surge o plano urbanístico “Plano Geral de Systematização de Natal” de 1929, elaborado por Giacomino Palumbo. Este processo de modernização, iniciado pelos governadores José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine só foi interrompido, no final da década de 1920, em virtude da Revolução de 1930, quando os governos locais foram destituídos e, em seu lugar, empossados pessoas de confiança do novo governo.

### 3.3 Sobre o Plano de 1929

O “Plano Geral de Systematização de Natal” de 1929, elaborado por Giacomino Palumbo foi encomendado pelo então prefeito de Natal, o engenheiro Omar O’Grady, que além deste plano, realizou uma série de melhorias na capital do Rio Grande do Norte, através da realização de várias intervenções urbanas. Acredita-se que algumas dessas intervenções realizadas ao longo de 1929 já tivessem relação com o plano aprovado no mesmo ano:

Provavelmente, as obras de abertura, alargamento e calçamento de ruas, avenida, praças e “estradas de rodagem” realizadas por O’Grady, durante o ano de 1929, já fizessem parte do Plano Geral de Sistemização da Cidade de Natal; principalmente o calçamento e embelezamento das avenidas Junqueira Aires [atual Câmara Cascudo] e Atlântica (atual Getúlio Vargas), e a abertura de vias, articulando os diversos bairros, criando acessos à Cidade Nova, contribuindo para sua consolidação, e às praias. Hoje há, pelo menos, a certeza de que o bulevar de contorno e as ligações entre a Cidade Alta e a Ribeira foram construídos. (Lima, 1998, p. 74)

Dentre as intervenções urbanas realizadas por Omar O’ Grady, pode-se citar o calçamento das avenidas Junqueira Aires (atual av. Câmara Cascudo), Atlântica (atual Getúlio Vargas) e Sachet (atual Duque de Caxias), das praças Augusto Severo e João Tibúrcio e as ruas Dr. Barata e José Bonifácio. Além disto, o prosseguimento da implantação do bairro de Cidade Nova, a abertura de “estradas de rodagem” e de vias de acesso interligando a Cidade Alta com as Rocas e as praias do Meio e de Areia Preta, assim como o embelezamento, com a adoção de balaustradas, das avenidas Getúlio Vargas e Câmara Cascudo.

Uma inovação proposta pelo prefeito Omar O’Grady diz respeito à implementação de uma taxa de benefício a ser paga pelos proprietários das marginais das ruas e avenidas recém pavimentadas, para custeio dos melhoramentos públicos (esta taxa foi regulamentada através da Resolução 290, com a anuência dos proprietários sobre os quais esta taxa incidia). Tal fato evidencia o conhecimento e a sintonia de O’Grady com outros movimentos urbanos que ocorriam internacionalmente e, no caso desta taxa em específico, sua simpatia com a administração das cidades americanas, nas quais a gestão empreendedora (a parceria entre público e privado) começava a se delinear.



Outro aspecto significativo deste plano é o embrião de participação popular que pode ser identificado quando da análise das críticas acerca do plano de Palumbo, revelando a existência de algum tipo de debate acerca do trabalho que estava sendo realizado na cidade: “uma crítica das mais inteligentes e oportunas feitas ao plano foi a de que estava havendo uma preocupação muito grande com o aproveitamento dos alinhamentos existentes” (Miranda apud Lima, 1998, p. 71). Com relação ao Plano Geral de Systematização de Natal, de 1929, ficou acertado que o mesmo constaria de:

a) [...] uma planta do projeto da cidade, em pranchas em papel canção reforçado à tela, com referências aos atuais alinhamentos e construções, em escala 1:1000, em aquarela policrômica, com projeções de sombras, compreendendo os bairros administrativo, comercial, industrial, a cidade recreio e os bairros residencial e operário. Esta planta geral do projeto, em escala 1:1000, abrangerá toda a área limitada ao norte pelo projeto da cidade recreio no local atualmente denominado de ‘Limpa’, à leste pelo Oceano Atlântico, desde o forte Reis Magos, até a praia de Areia Preta; ao sul pela avenida 16 e seu prolongamento até o rio Potengi; à oeste pelo rio Potengi; desde o prolongamento da avenida 16 até o forte Reis Magos. Nesta mesma planta serão indicadas a localização da iluminação pública, viação urbana, arborização, passeios, monumentos, abrigos, jardins e praças públicas, locais para feiras, mercados, matadouros, cemitérios e demais estabelecimentos municipais; b) perfis transversais em escala 1:100 de todos os tipos de ruas e avenidas consideradas no projeto”. (Miranda In Lima, 1998, p. 68).

A seguir, encontram-se as figuras 01 e 02, que correspondem aos desenhos que compõe o projeto de intervenção no plano de 1929:

Figura 1: Plano Geral de Systematização de Natal



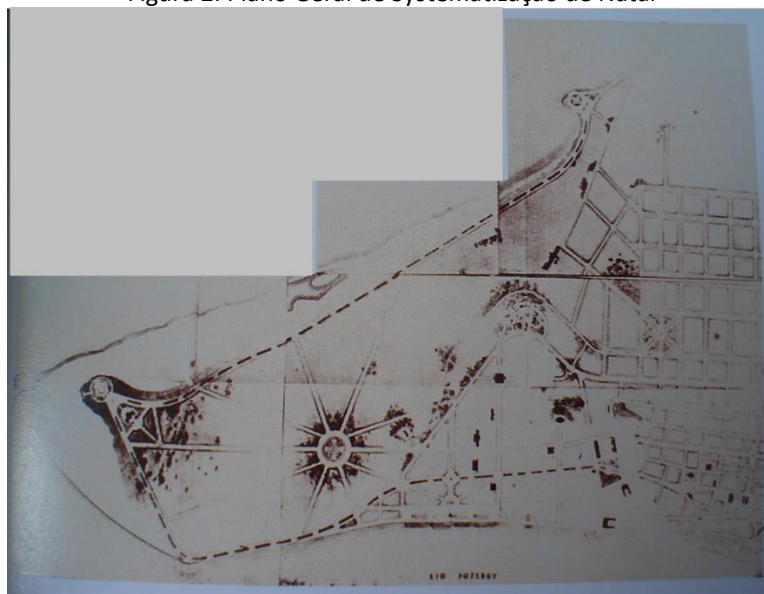
Fonte: Miranda, 1999, p. 71.

Estruturalmente, o plano de 1929 tem como proposta a abertura de quatro acessos entre os bairros da Ribeira e o da Cidade Alta (existia apenas um acesso); a implantação de um bairro jardim na zona até então na Limpa (bairro de Santos Reis); a construção de um boulevard de contorno partindo da cidade baixa, seguindo o rio Potengi, contornando a cidade jardim e marginando o oceano até a praia de Areia Preta. Em síntese, o plano Geral de Sistematização de

Natal adotou medidas relativas a zoneamento, embelezamento, infra-estrutura e sanitário, como explica Lima (1998, p. 79):

O Plano Geral de Sistematização de Natal articula o zoneamento da cidade (definição e distribuição das funções administrativas, comerciais, industriais, etc) com o embelezamento (agenciamento de ruas e avenidas, arborização, passeios, parques, etc), com a infra-estrutura (sistema viário, iluminação, etc) e com medidas ambientais e de higiene, como a criação de um grande parque central, e a localização adequada de cemitérios e matadouros.

Figura 2: Plano Geral de Systematização de Natal



Fonte: Miranda, 1999, p. 71.

No próximo item, são analisados os aspectos do plano de 1929, que têm maior repercussão do ponto de vista ambiental.

### 3.4 Questões ambientais de 1929

O plano de 1929 traz propostas que sinalizam questões especificamente ambientais, uma inovação para os planos de Natal à época. Desta forma, são analisadas aqui as propostas relacionadas à criação de um bairro residencial “cidade-recreio” jardim, de um grande parque municipal, a questão do aproveitamento de arruamentos existentes e implementação de intervenções de paisagismo e embelezamento. Enquanto planos anteriores deliberadamente desprezaram o traçado urbano da cidade colonial, concentrando-se apenas no plano de expansão de arruamento (o qual não estabelecia conexões com a cidade antiga, e até ao contrário, estimulava a separação entre as “duas cidades”), o plano Palumbo de 1929 propunha esta integração, e uma das evidências desta proposta é a própria crítica feita ao plano pelos cidadãos da cidade, que não concordavam no aproveitamento de tantas ruas da cidade.

Indiretamente, esta atitude de procurar manter o que existe, e só intervir no que fosse realmente necessário, corresponde a uma atitude ecológica, no momento em que representa uma economia de investimento tanto materiais como pessoais, e contribui ainda para consolidação do imaginário popular sobre a paisagem da cidade e a criação de laços entre a população e o lugar onde vivem. Com relação ao bairro residencial “cidade-recreio” jardim






proposto por Palumbo, observa-se uma certa semelhança com o diagrama proposto por Ebenezer Howard (1945, ao propor as cidades-jardins) quando explicita no desenho a construção de um anel circular, a partir do qual seguem dez avenidas em diagonal que partem desse centro até outros pontos da cidade, interconectando o tecido urbano antigo, a Ribeira, com essa nova área residencial, e abrindo novos acessos para áreas da cidade antes não exploradas, tais como o Rio Potengi e Avenida Atlântica.

Pode-se observar no desenho idealizado por Palumbo, certa intenção de zoneamento na definição da zona central, na delimitação de áreas pelas vias radiais e na variedade de formas do desenho situado no ângulo formado pelo boulevard de contorno próximo ao forte; a área central, que se posiciona numa situação de destaque, funcionando como elemento que converge as vias radiais ao seu redor; o parque nas proximidade do forte, e na sequência, as demais áreas onde se situariam os edifícios residenciais do novo bairro Cidade Jardim. Um outro ponto de destaque desse bairro-recreio Cidade Jardim trata-se da sua localização em relação a cidade, em especial as condições cênico-paisagísticas que são identificadas no seu sítio a oeste delimitando-se com Rio Potengi, nordeste e leste com o Oceano Atlântico, e ao sul com uma encosta bastante íngreme formando um triângulo, em cujo vértice se localizaria esse bairro-jardim. Este bairro jardim representa também um forte elemento de interconexão entre a cidade nova e a tradicional, condicionando e norteando a expansão de novas áreas da cidade.

No plano de 1929, não é possível identificar maiores detalhes do grande parque urbano que era proposto. A única referência que se tem, pode ser obtida com a leitura do relatório do escritório Saturnino de Brito (1935) onde ele faz menção aos limites desse parque: rua Ceará-Mirim, avenidas Rodrigues Alves, Alberto Maranhão, Prudente de Moraes, Alexandrino de Alencar e Olinto Meira “fica o grande parque do Projeto Palumbo a ser mantido”.

Quanto ao embelezamento proposto no plano de Palumbo, duas considerações podem ser feitas. O desenho do plano em si, no qual se observam as especificações mais minuciosas de traçados urbanos mais complexos, com uso de diagonais e de outros elementos que se atrelam ao discurso do urbanismo pitoresco, dão a entender que nesses locais seriam implementados praças ou parques que dariam o efeito de embelezamento nessas regiões do tecido urbano. O outro aspecto significativo são as implementações práticas realizadas pelo então prefeito, o engenheiro Omar O’Grady.

Duas importantes avenidas da cidade, além do calçamento, receberam outras obras visando embelezamento. Sobre a avenida Atlântica, atual Getúlio Vargas, diz Alecrim (1957): “o panorama maravilhoso que aquela faixa do bairro de Petrópolis oferecia, quer debruçado sobre a cidade, quer espraiado para o mar rodeado de dunas, foi aproveitado admiravelmente. Toda a área necessária foi calçada, as edificações sofreram um pequeno alinhamento, os muros de frente das residências foram reconstruídos e melhorados...”. Além disso, foi erguida “uma sólida balaustrada de cimento armado, toda crivada de postes para a iluminação e ao lado, distendido, o passeio público forrado a mosaico (Alecrim, 1957, apud Dantas, 2003). Na avenida Junqueira Aires, então a única via que ligava a Cidade Alta à Ribeira, o calçamento foi remodelado. Também “foram construídas balaustradas laterais que lhe emprestam uma vista imponente e o gramado do *square* Pedro Velho (atual praça das Mães) foi replantado e ampliado com um triângulo de canteiros, cujo vértice toca quase o centro da avenida.



Muito embora se vincule mais aos discursos de embelezamento e higienismo, observa-se no plano de 1929 um comprometimento maior com as questões ambientais. O plano de 1929, incorpora, amplia e revisa o plano de 1901 (Plano Polidreli) no momento em que trabalha a urbanização de outras áreas da cidade e procura integrar, inter-relacionar o tecido urbano existente da cidade antiga com as novas propostas do bairro de Cidade Jardim. Ademais, propõe a implementação de equipamentos de ajardinamento e praças no tecido urbano da cidade e a criação de um grande parque numa área, que soluciona, além do embelezamento, outras questões relacionadas ao abastecimento e saneamento de Natal.

#### 4 CATEGORIAS DE ANÁLISE

As informações contidas nos planos foram classificadas em dois blocos: 1) “imagem” e “texto”. Na classificação “imagem”, subdividiu-se ainda em “tipologia do desenho” (se o desenho se tratava de “Anteprojeto” ou “Mapa”) e “Hierarquia do desenho” (se o desenho correspondia ao corpo principal ou como um anexo). Com relação às informações denominadas como “Textuais”, foram subdivididas ainda em discurso direto e discurso indireto.

No que se refere à análise das imagens, observou-se que o plano de 1929 apresenta imagens do tipo “Anteprojeto”. Tal fato se justifica, pois os planos de 1901 a 1935 propunham intervenções urbanas. Considerando a hierarquia das imagens, o plano de 1929 apresenta imagens do tipo “Corpo principal”. E em se tratando da análise textual, este plano não apresenta nem memorial descritivo nem legislativo (discurso direto).

Para finalizar, são identificados nos trabalhos dos intelectuais estudados, aspectos que guardam similaridades com alguns elementos dos planos urbanísticos de Natal. Os aspectos identificados ou categorias de análise estudados foram os seguintes: as características dos planos de implantação de cidade; orientação dos ventos; a conservação de bairros “dignos”; zoneamento; meio ambiente com papel de destaque no urbanismo; verticalização; espaços verdes para recreação; coexistência de usos diversos; cidade do empreendedorismo. No Plano de 1929, dois desses ideais foram observados: a conservação de bairros “dignos”; e zoneamento (com destaque para a ideia de cidade-jardim).

A ideia da conservação dos bairros “dignos”, identificados nos trabalhos de Pierre Patte (Salgado, 1997) e de Le Corbusier (CARTA DE ATENAS), encontram-se no plano de 1929. Esta proposta consiste em incorporar no projeto de intervenção urbana, os conjuntos edíficos que ainda possuam alguma relevância para a cidade, ao invés de simplesmente demolir bairros inteiros para reconstruí-los posteriormente. Tal aspecto do plano de 1929 é visto indiretamente por meio das críticas da sociedade acerca do plano, que são relatadas pelo então prefeito de Natal o engenheiro Omar O’Grady. Nessas críticas, é questionado o “excesso de aproveitamento” de estruturas urbanas existentes.

O aspecto ambiental de tais ideias se relaciona com identidade visual e economia de recursos: ao não demolir integralmente bairros inteiros, tanto se preserva os eixos visuais cênico-paisagísticas já estabelecidas, mantendo a identidade do local, como se reduz gastos de material, inclusive naturais, em reconstruções desnecessárias.

Em se tratando da ideia de zoneamento, os autores que o estudaram dentro de conceitos semelhantes aos encontrados nos planos de Natal são: Pierre Patte (Salgado, 1997), Ebenezer Howard (Howard, 1945) e Le Corbusier (CARTA DE ATENAS). O zoneamento proposto por Howard pode ser identificado no plano de 1929, quando Palumbo propõe a adoção de um bairro recreio jardim para a área onde hoje é o bairro de Santos Reis. Este desenho determinava a



criação de uma rótula central a partir da qual partiam avenidas radiais cortando o bairro numa série de eixos diagonais, os quais davam acesso a duas avenidas margeando o Rio Potengi e a costa do Oceano Atlântico (essas avenidas foram executadas e correspondem às atuais avenidas do Contorno e a avenida Atlântica). Além disto, a determinação da área portuária sem a presença de residências, e a manutenção do bairro da Ribeira de caráter eminentemente comercial se enquadram na ideia de Pierre Patte (Salgado, 1997) acerca de zoneamento.

Do ponto de vista ambiental, o zoneamento proposto abre espaços para novas praças e parques, com repercussão não apenas na relação de área verde por habitante, e seu evidente aumento, mas também do ponto de vista do abastecimento e saneamento, contribuindo sobremaneira para a redução da contaminação do lençol freático da cidade – principal fonte de obtenção de água da cidade, até os dias de hoje.


## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os planos urbanísticos de Natal no século XX e traçando um paralelo com seus respectivos recortes temporais, os diversos contextos históricos nacionais, estaduais e municipais, as influências teóricas e a ação do corpo técnico de intelectuais e a opinião pública - e no caso do Plano de 1929, isto não foi diferente - verifica-se a importância destes documentos como relevante instrumento de resgate histórico, no qual situações complexas são retratadas, e podem ser estudadas dentro de uma visão dialética, permitindo a compreensão do avanço de ideias ambientais que, estudados isoladamente, não dão conta da dimensão das mudanças que se processaram no decorrer do século XX, chegando até hodiernamente.

Existia, em 1901, uma elite intelectualizada, interessada na expansão e modernização da cidade, e na criação de um espaço de auto segregação, e no âmbito nacional, um grande movimento em prol na modernização das cidades brasileiras. É assim que se observa em 1929 (ao passo em que o mundo enfrentava uma crise econômica) Natal realizando uma série de melhorias urbanas, como resultado do saldo econômico positivo da produção algodoeira, que culminaram com a “Belle Epoque Natalense”, resultando na elaboração do plano de 1929 de Palumbo, contratado pelo então prefeito de Natal, o engenheiro Omar O’ Grady.

Ao estudarmos contradições no plano urbanístico (por exemplo, se por um lado, apregoavam a preservação do meio ambiente e por outro, permitiam sua destruição) quando da análise do plano urbanístico de 1929, não se verificou este tipo de contradição. O que se observou foi que, em certa medida, o plano continha reflexos de ideologias externas, tais como as de Pierre Patte, Ebenezer Howard e Le Corbusier (com as propostas de conservação de bairros “dignos”; de zoneamento; e de cidade-jardim), que em conjunto com a sua realidade histórica, juntamente com a expertise de Giacommo Palumbo, produziram o Plano Urbanístico, bem como uma parte de sua concretização – pelo menos, fragmentos deste, ainda hoje compondo a paisagem urbana. Em outras palavras, os possíveis atentados ao meio ambiente (desde omissões à não implementação das boas soluções dispostas no plano de 1929), ocorreram à revelia, ou não corroborado, pelo plano urbanístico em si.

Assim, constata-se que a relação cidade-natureza existente no plano urbanístico de Natal de 1929, de fato apresenta reflexos ou similaridades com pensamentos e movimentos externos, tanto nacionais como internacionais. Tais ideias foram inseridas no plano, impulsionados sobretudo por uma elite local intelectualizada, associada a um período de pujança econômica, e ecoando um movimento nacional de modernização das cidades; essa inserção de ideias ambientais, ocorreu de forma paulatina e progressiva ao longo dos tempos, não sendo



completamente concretizada, (ou seja, o plano de 1929 não foi integralmente materializado), mas sendo revisada e ampliada em planos posteriores.

A visão de meio ambiente parte então de uma ideia simplista e fragmentada (pautada em estética e higienismo), intervindo de modo pontual em frações urbanas da cidade, através de proposições de desenho urbano propriamente dito, para se tornar hoje o ponto central, numa realidade social, econômica e política muito mais complexa, onde a escala de projeto extrapola a cidade, introduzindo conceitos de região metropolitana e corredores ecológicos, dentre outros, inserida numa perspectiva urgente, em meio às mudanças climáticas e seu impacto na nossa sobrevivência no planeta. Neste sentido, estudar as ações passadas para melhor intervir no presente, planejando um futuro sustentável, se torna algo irrefutável.

## REFERÊNCIAS

BORBA, Adriana Carla de Azevedo. **Da promessa à realidade: A Cidade Potiguar do Século XIX a partir do olhar da elite**. Tese (doutorado). Natal [RN], 2014.

CARTA DE ATENAS. De novembro de 1933. Assembleia do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna). Disponível em:  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso: 17 dez 2023.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: Manibu/Fundação José Augusto, 1980.

Crise de 1929. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/crisede29.htm>. Acesso em 12 dez de 2023.

DANTAS, Ana Caroline de Carvalho Lopes. **Sanitarismo e planejamento urbano: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969**. Dissertação (mestrado). Natal [RN], 2003.

Escola Nova e o movimento de renovação do ensino. Disponível em <https://educador.brasilecola.uol.com.br/gestao-educacional/escola-nova.htm#:~:text=O%20escolanovismo%20acredita%20que%20a,Ent%C3%A3o%20de%20acordo%20com%20alguns>. Acesso em 15 dez 2023.

ESCRITÓRIO Saturnino de Brito. **Saneamento de Natal**, 1935 (datilografado).

HOWARD, Ebenezer. **Garden Cities of To-Morrow**. 1945, P. 42 – P.63

LIMA, Bianca Pinto e BOYADJIAN, Victor. **Quebra da bolsa de Nova York completa 90 anos**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/24/quebra-da-bolsa-de-nova-york-completa-90-anos.ghtml>. Acesso em 17 dez de 2023.

LIMA, Pedro de. A Questão Sanitária e o Disciplinamento de Natal: 1850-1935. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5. **Anais ....**, PUC: Campinas, out. 1998.

LIMA, Pedro de. **Natal Século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos 1599-1999**. Natal: Iarte, 1999.

SALGADO, Ivone. **Origens do Pensamento racional sobre a cidade**. Cadernos didáticos do Mestrado em Urbanismo. Campinas: PUCC/ FAU, 1997.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1994. (15 ed. revisada até o governo de Fernando Collor por Hernani Donato).